



RELATÓRIO DAS POLÍTICAS LOCAIS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES NO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Resultados da aplicação do
**Índice dos Municípios Amigos
dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)**



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A INTEGRAÇÃO E AS MIGRAÇÕES



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Vila Franca de Xira

Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)

EDIÇÃO

ACM, I.P.

Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP)

RUA ÁLVARO COUTINHO, N.º14, 1150-025 LISBOA

acm@acm.gov.pt | www.acm.gov.pt

DESIGN

JV@JORGEVICENTE.COM

2019

As análises e apreciações expressas neste relatório resultam da informação cedida pelas entidades que a nível local disponibilizaram os dados aqui analisados pelo ACM, I.P.

A informação neste relatório é confidencial e de acesso restrito pelo município e pelas entidades locais.

ÍNDICE GERAL

CARACTERIZAR E MONITORIZAR AS POLÍTICAS LOCAIS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES	5
Porquê caracterizar e monitorizar as políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes?	6
O que é a Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade?	6
O que é o Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade?	7
NOTA METODOLÓGICA	8
Pressupostos	9
O IMAD em Vila Franca de Xira	9
Análise SWOT	10
CAP.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	11
CAP.2 CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO MIGRATÓRIO NO MUNICÍPIO	14
2.1 Evolução do número de estrangeiros no território	15
2.2 Principais nacionalidades da população estrangeira residente	16
2.3 Repartição da população estrangeira por sexo, grupos etários e nível de escolaridade	17
2.4 Integração da população estrangeira no mercado de trabalho	20
2.5 População estrangeira recenseada	21
CAP.3 VILA FRANCA DE XIRA: CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS LOCAIS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES	22
3.1 Compromisso da autarquia	23
3.2 Serviços de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes	25
3.3 Urbanismo e habitação	26
3.4 Mercado de trabalho e empresarial	27
3.5 Cultura	28
3.6 Solidariedade e resposta social	29
3.7 Cidadania e participação cívica	30
3.8 <i>Media</i> e sensibilização da opinião pública	31

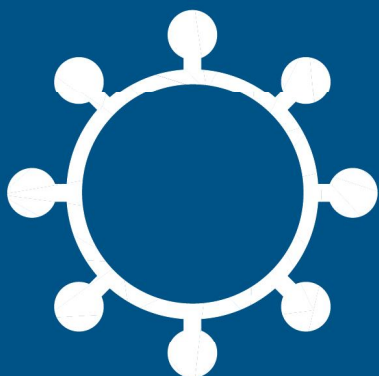
3.9 Racismo e discriminação	32
3.10 Relações internacionais	32
3.11 Religião	33
3.12 Educação e língua	34
3.13 Saúde	36
LINHAS CONCLUSIVAS	38

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Número de naturais do estrangeiro e o seu peso no total da população residente	15
QUADRO 2 População do município de Vila Franca de Xira segundo o sexo e a origem, em 2018 (%)	17
QUADRO 3 Principais nacionalidades residentes no concelho, segundo o sexo, em 2018	18
QUADRO 4 Casamentos celebrados em Vila Franca de Xira por nacionalidades dos cônjuges, em 2018	18
QUADRO 5 Taxas de atividade, emprego e desemprego para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros não-UE e naturais do estrangeiro, em 2011 (%)	21
QUADRO 6 Empregadores Estrangeiros (EE) no concelho, em 2011	21

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Evolução do número de estrangeiros em Vila Franca de Xira entre 2008 e 2018	14
GRÁFICO 2 Taxa de variação anual de estrangeiros, entre 2008 e 2018, para Portugal e Vila Franca de Xira	15
GRÁFICO 3 Principais nacionalidades representadas no município de Vila Franca de Xira, em 2018 (%)	16
GRÁFICO 4 Evolução das principais nacionalidades representadas no município de Vila Franca de Xira, 2015 e 2018	17
GRÁFICO 5 População do município de Vila Franca de Xira, segundo o grupo etário e a nacionalidade, em 2011 (%)	19
GRÁFICO 6 Nível de escolaridade completo da população residente no município de Vila Franca de Xira em 2011 (%)	20



**CARACTERIZAR E MONITORIZAR AS POLÍTICAS LOCAIS
DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES E
SEUS DESCENDENTES**

Porquê caracterizar e monitorizar as políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes?

Portugal tem uma larga experiência na gestão de políticas públicas na área do acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, reconhecida a nível nacional e internacional e concretizada pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.). Esta missão tem sido complementada pelo importante contributo do trabalho realizado em parceria com autarquias e entidades da sociedade civil, nomeadamente através da Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (Rede CLAIM) desde 2003 e mais recentemente desde 2014 da Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD). É neste enquadramento que Portugal tem sido um país pioneiro na integração de imigrantes a nível local, concretizando uma integração de proximidade estabelecida na relação com os serviços locais e os cidadãos imigrantes.

Assim, e reconhecendo que a integração acontece a nível local, a Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros recomenda precisamente que os Estados-Membros promovam políticas de integração a nível local, melhorem a cooperação entre diferentes níveis de governância (nacional, regional e local) e promovam a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando práticas inspiradoras.

Assume-se, assim, que o diagnóstico das políticas de integração a nível local é de extrema relevância, particularmente, quando Portugal tem sido um dos países pioneiros na implementação de Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes (PII 2007/2009 e 2010/2013) e, mais recentemente, do Plano Estratégico para as Migrações (PEM 2015/2020) e procura desde 2014, respondendo a apelos da sociedade civil, populações imigrantes e decisores políticos, incentivar o desenvolvimento de Planos Municipais, a promover pelos municípios, de que são exemplo 39 concelhos de Portugal, pioneiros nesta matéria.

O que é a Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade?

Mais de uma década volvida sobre a execução de políticas públicas de integração e acolhimento de imigrantes em Portugal, numa lógica de integração de proximidade e conscientes das oportunidades geradas pela diversidade cultural existente no nosso país enquanto fator de apoio ao desenvolvimento local, foi lançado em 2014 um convite a todos os municípios do país, para adesão à RMAD que conta atualmente com cerca de uma centena, de norte a sul do país e regiões autónomas, integrando grandes e pequenos municípios tanto do litoral como do interior, sendo ela própria, pelas suas características, exemplo de heterogeneidade e diversidade.

Fundada na experiência acumulada a nível nacional e local, mas também nas recomendações resultantes da Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, a RMAD constitui-se como uma rede pioneira disponível para conceber, implementar e avaliar políticas locais estruturantes e sustentáveis, tendo em vista planos municipais transversais ao processo multivetorial de acolhimento e integração de imigrantes a nível

local, assentes no diagnóstico real das suas necessidades através da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD).

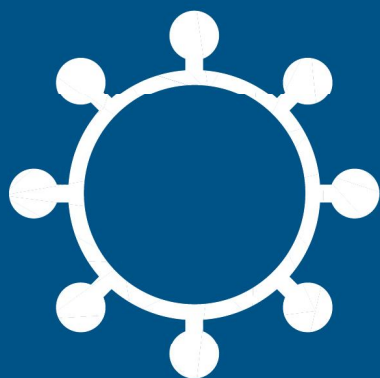
O que é o Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade?

O Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD) é uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes que resulta da tomada de consciência das oportunidades geradas pela diversidade cultural em Portugal enquanto fator de apoio ao desenvolvimento local.

Procura-se com esta ferramenta facultar às instituições locais (públicas e da sociedade civil), com intervenção ao nível da integração de imigrantes, um retrato da realidade local que lhes permita aferir, com acuidade, o universo das políticas locais relevantes nesta matéria, a efetividade dessas políticas em termos de resposta às necessidades e a identificação de práticas inspiradoras que possam ser replicadas noutros territórios/contextos. O conhecimento aprofundado da realidade de cada município permitirá também ao ACM, I.P. enquanto entidade responsável a nível nacional pelas políticas de acolhimento e integração de imigrantes, efetuar recomendações que visem o desenvolvimento de políticas eficientes e eficazes, no enquadramento das diretrizes nacionais e comunitárias, ao mesmo tempo que construirá um diagnóstico global daquelas que são as áreas com maiores fragilidades. Deste modo, potenciará uma atuação sustentada, através de medidas que permitam fortalecer as entidades a nível local, capacitando-as e fornecendo recursos, tendo em vista a definição, a melhoria ou o aprofundamento de políticas locais facilitadoras de uma integração efetiva dos imigrantes na sociedade portuguesa. Por esta via pretende-se também promover uma cooperação mais articulada entre entidades, seja a nível local, regional ou nacional.

É objetivo do IMAD caracterizar cada município quanto à resposta que desenvolve na área da imigração e da promoção do diálogo intercultural, assumindo-se como um instrumento de diagnóstico para recomendações no desenvolvimento de políticas locais. Pretende-se, pois, que os resultados do questionário se consubstanciem num instrumento de trabalho para os decisores políticos e outros atores relevantes localmente, permitindo aferir progressos e estabelecer objetivos para o desenvolvimento de respostas complementares.

Assim, é de destacar ainda, que a utilização do IMAD não se esgota numa única aplicação. Na realidade, e enquanto ferramenta de monitorização, ele configura a possibilidade de utilização contínua, na ótica de melhoria e aprofundamento das políticas locais futuras, bem como a identificação de práticas inspiradoras com potencial de disseminação noutros territórios/contextos.



NOTA METODOLÓGICA

Pressupostos

A partir dos municípios que manifestaram interesse em fazer parte da RMAD e serem objeto da aplicação do questionário, na impossibilidade de aplicação da ferramenta à totalidade dos municípios aderentes, foi definida uma amostra constituída por 39 municípios, para participarem na primeira fase de aplicação da ferramenta, tendo por base os seguintes critérios: (i) 34 concelhos com maior número de estrangeiros, começando pela Área Metropolitana de Lisboa; (ii) 5 concelhos com maior proporção de estrangeiros face ao total da população e com mais de 350 estrangeiros residentes, de acordo com os Censos 2011.

Para esta primeira fase, que decorreu em 2015, e que contou com o apoio do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT) do Fundo Social Europeu, foram destacados inquiridores que, em nome do ACM I.P., aplicaram a ferramenta em cada território, não só junto das Câmaras Municipais, mas também dos Agrupamentos de Escolas com maior número de estudantes estrangeiros e/ou maior diversidade cultural em termos de origem, bem como da Unidade Local de Saúde com mais utentes estrangeiros e/ou maior diversidade cultural em termos de origem.

De salientar que o IMAD é uma ferramenta de aplicação a nível concelhio pelo que, para além das respostas da responsabilidade das câmaras municipais, são tidos em conta todos os recursos/respostas existentes nos territórios desde que concorram para o acolhimento e integração de imigrantes a nível local, sejam eles da responsabilidade de entidades públicas ou privadas. Neste sentido, e com o objetivo de complementar a informação recolhida, foi ainda definida, na altura, uma amostra de 9 entidades da sociedade civil com base nos seguintes critérios: (i) concelhos onde o IMAD tivesse sido aplicado junto do município; (ii) grandes e pequenos concelhos em termos de número de estrangeiros; (iii) concelhos do norte, mas também do sul de Portugal, bem como do litoral e do interior.

Posteriormente, e após esta fase-piloto, a ferramenta sofreu alguns reajustes e ficou disponível para ser auto-aplicada por cada município ou entidade da sociedade civil, com a ajuda de um “Manual de apoio ao utilizador IMAD”, constituindo-se como parte de um “Toolkit de Apoio à Construção de Planos Municipais” (<http://www.acm.gov.pt/planos-municipais>).

Após a fase-piloto, o ACM continuou a disponibilizar inquiridores para ajudar os municípios a aplicarem o questionário nos seus territórios.

O IMAD em Vila Franca de Xira

O ACM, I.P. convidou o município de Vila Franca de Xira para aplicação do IMAD, no âmbito de diagnóstico para a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Franca de Xira. O inquérito foi aplicado no concelho no dia 2 de dezembro de 2019, sendo a manhã dedicada ao preenchimento dos vários capítulos que compõem o questionário, à exceção dos referentes à Educação e à Saúde, respondidos à tarde pela inquirição

direta à Unidade de Saúde Familiar Terras de Cira e ao Agrupamento de Escolas de Vialonga, contando com a presença da interlocutora da câmara municipal.

Posteriormente, tratada a informação recolhida por parte dos inquiridores responsáveis pela aplicação do IMAD, a mesma deu origem ao presente relatório.

Análise SWOT

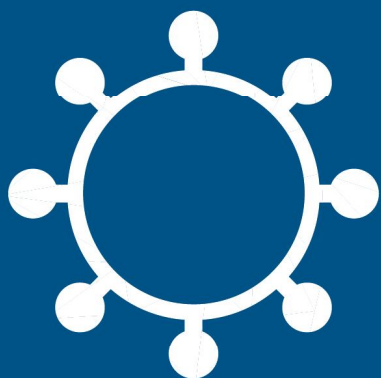
A análise SWOT permite fazer um diagnóstico estratégico, ou seja, definir as relações existentes entre as forças e as fraquezas de uma entidade ou organização e as tendências mais globais. SWOT, em inglês, significa:

- *Strengths*: forças, vantagens internas de uma entidade ou organização.
- *Weaknesses*: fraquezas, desvantagens internas de uma entidade ou organização face às demais.
- *Opportunities*: oportunidades, aspetos positivos da envolvente com potencial para fazer crescer os pontos fortes de uma entidade ou organização.
- *Threats*: ameaças, aspetos negativos da envolvente com potencial para fazer crescer os pontos fortes de uma entidade ou organização.

As forças e as fraquezas referem-se às questões internas de uma entidade ou organização e as oportunidades e ameaças à envolvente externa.

A elaboração do diagnóstico estratégico através do modelo SWOT deve levar à formulação de objetivos estratégicos para uma entidade ou organização.

O relatório aqui produzido baseia-se na informação recolhida pelos inquiridores junto do município e tem por base a ideia da definição de políticas locais em função dos contextos locais.



CAP.1

CARACTERIZAÇÃO

GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Vila Franca de Xira¹ abrange uma área de 318,19 km² e apresentava em 2018 uma densidade populacional de 444,4 habitantes por km² (sendo que a média nacional era de 111,5 habitantes por km²). Estima-se que no ano de 2018 a população residente fosse de 141.603 habitantes².

O sexo masculino representava 47,4% da população total, e o sexo feminino 52,6%.³ Em 2018, o índice de envelhecimento do município em análise (109,4⁴) era inferior à média do país (157,4).

No ano de 2018, registaram-se 1.379 nascimentos⁵ no município de Vila Franca de Xira. As mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por cerca de 13,2% destes nascimentos (182). Para o mesmo ano de referência, foi possível observar que o saldo natural – diferença entre os valores anuais de óbitos e de nados-vivos no município – apresentava valores positivos (277 indivíduos). Esta tendência positiva do saldo natural encontrava-se em dissonância com a tendência observada para o conjunto do país (Portugal apresentava, em 2018, um saldo natural de -25980 indivíduos). Importa ainda salientar que, no ano de 2018, o saldo migratório⁶ do município de Vila Franca de Xira apresentava valores positivos (99 indivíduos), em consonância com a tendência positiva do país (11.570 indivíduos).

Atendendo ao grau de escolaridade⁷ da população em análise, é possível constatar que 38,5% dos residentes de Vila Franca de Xira apenas atingiu o 1º ciclo do ensino básico (17,7% não completou nenhum nível de escolaridade e 20,8% apenas completou o 1º ciclo do ensino básico). A percentagem de indivíduos com qualificações superiores não ultrapassa os 11,3%.

Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade dos residentes no município de Vila Franca de Xira era de 65,2%. No conjunto da população ativa, registava-se uma taxa de emprego de 88,7% e uma taxa de desemprego de 11,3%. Importa referir que a taxa de desemprego registada em Vila Franca de Xira à época (11,3%) era, segundo a mesma fonte, inferior à média nacional (13,2%).

Os dados de 2016 relativos às remunerações⁸ mostram que, em média, os trabalhadores por conta de outrem em Vila Franca de Xira têm remunerações mais elevadas (947,9€) que a generalidade dos trabalhadores do país (922,20 €). À data dos Censos 2011 a maioria da população empregada do território concelhio (79%) estava empregada no sector terciário, 20% no sector secundário e 1% no sector primário.

De acordo com os Censos 2011, o município de Vila Franca de Xira contabilizava 80.057 cidadãos da religião Católica (58,5% da população residente) seguida das outras religiões cristãs (que registavam 4,6%).

¹ Dados disponíveis à data da inquirição.

² Estimativas Anuais da População Residente – INE.

³ Estimativas Anuais da População Residente – INE.

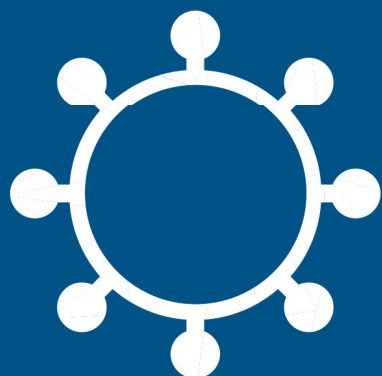
⁴ O Índice de Envelhecimento mede a relação existente entre o número de idosos e o número de jovens (número de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos). Ou seja, à data, no município de Vila Franca de Xira existiam 109 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas com menos de 15 anos.

⁵ Entenda-se número de 'nados-vivos'.

⁶ O saldo migratório reflete a diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram.

⁷ Referimo-nos ao nível de escolaridade completo da população residente no município de Vila Franca de Xira segundo os Censos de 2011.

⁸ Segundo dados dos Quadros de Pessoal, do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, compilados pela Pordata.



CAP.2

CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO MIGRATÓRIO NO MUNICÍPIO

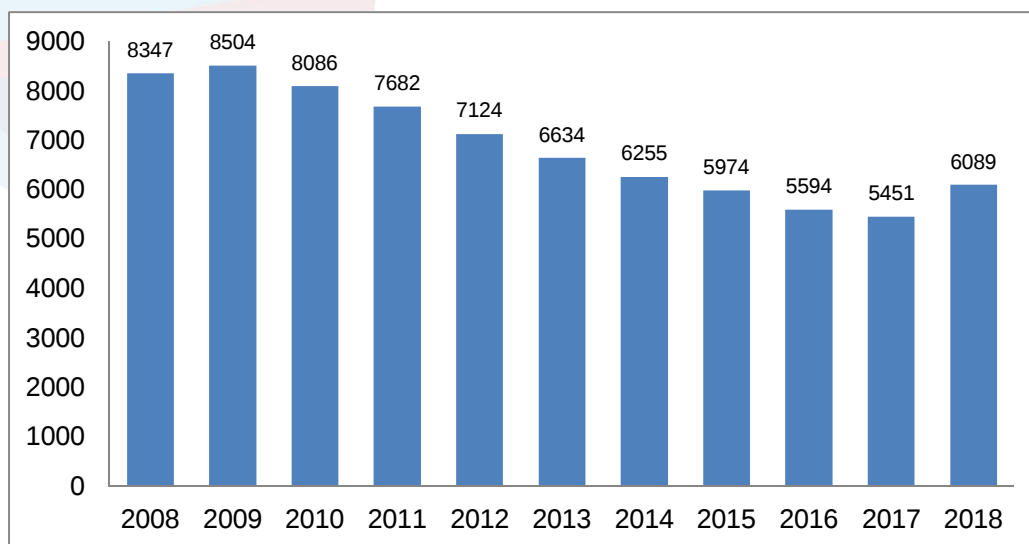
2.1 Evolução do número de estrangeiros no território

Em 2018, residiam no município de Vila Franca de Xira 6089 cidadãos estrangeiros, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Nesse mesmo ano, estes estrangeiros representavam 4,3% do total da população residente (valor abaixo da média nacional de estrangeiros residentes em Portugal - 4,6%).

Ainda de acordo com dados do SEF, e seguindo a tendência do país mas de uma forma mais acentuada, o número de estrangeiros em Vila Franca de Xira diminuiu entre 2009 (ano com maior número de estrangeiros residentes no município) e 2017, revertendo essa tendência apenas em 2018, ao contrário da média nacional que voltou a recuperar população estrangeira logo em 2016.

GRÁFICO 1

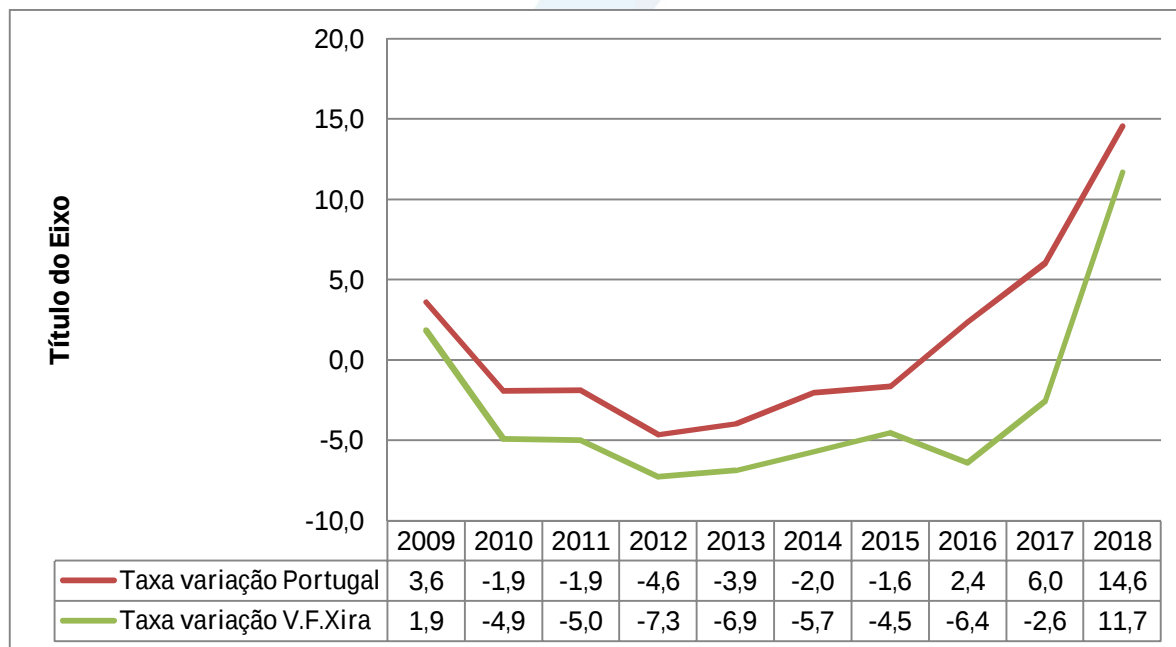
Evolução do número de estrangeiros em Vila Franca de Xira entre 2008 e 2018



Fonte: SEF

GRÁFICO 2

Taxa variação anual de estrangeiros entre 2008 e 2018, para Portugal e para Vila Franca de Xira



Fonte: SEF

De referir, também, que o número de naturais do estrangeiro era, segundo os Censos 2011, superior ao número de cidadãos de nacionalidade estrangeira, perfazendo 15.564 cidadãos.

QUADRO 1

Nº de naturais do estrangeiro	15.564
% de naturais do estrangeiro por total de residentes	11,3%

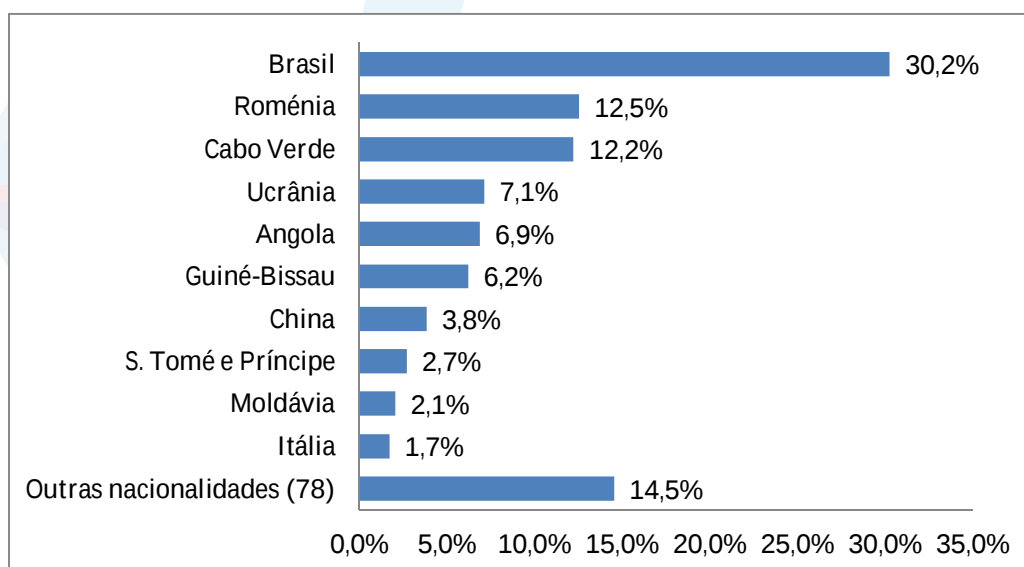
Fonte: Censos 2011

2.2 Principais nacionalidades da população estrangeira residente

Relativamente às nacionalidades dos estrangeiros residentes no município de Vila Franca de Xira, os dados do SEF relativos a 2018 indicam que os cidadãos de nacionalidade brasileira assumiam-se como o grupo mais expressivo, representando 30,2% do total de estrangeiros regularizados residentes no município. A este grupo seguiam-se, por ordem de importância, as nacionalidades romena e cabo-verdiana.

GRÁFICO 3

Principais nacionalidades representadas no município de Vila Franca de Xira, em 2018 (%)

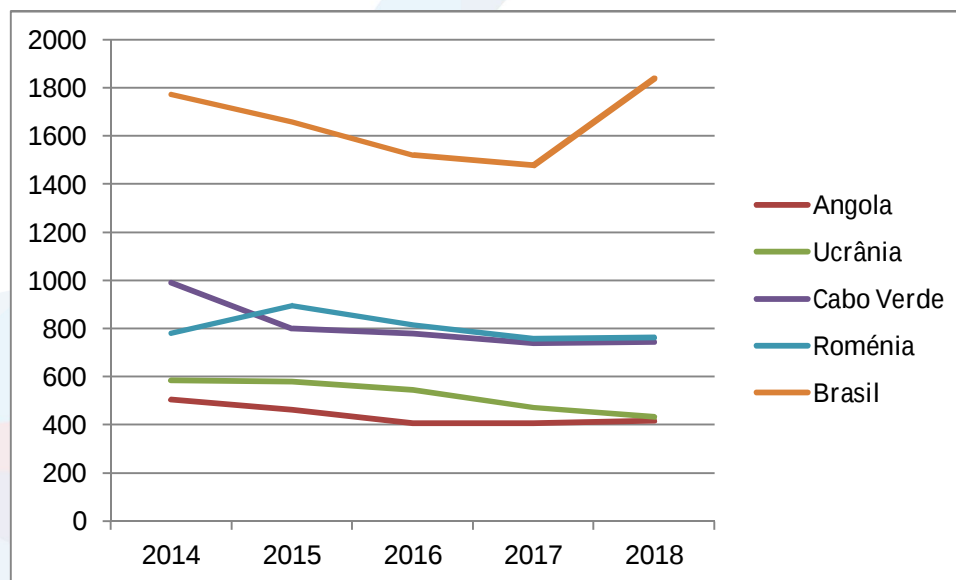


Fonte: SEF

A comunidade brasileira está atualmente em maior destaque no território, principalmente com um aumento de 24% entre 2017 e 2018. Entre 2014 e 2018, as comunidades romena, cabo-verdiana, ucraniana e angolana, embora com algumas oscilações, têm vindo a diminuir no território, ou pela sua saída ou por aquisição de nacionalidade portuguesa.

GRÁFICO 4

Evolução das principais nacionalidades representadas no município de Vila Franca de Xira, entre 2014 e 2018



2.3 Repartição da população estrangeira por sexo, grupos etários e nível de escolaridade

A população estrangeira é maioritariamente do sexo feminino (53,5%), sendo apenas os estrangeiros da União Europeia (UE) maioritariamente do sexo masculino (52,9%). No total da população do município verifica-se, igualmente, um predomínio do sexo feminino (52,6%).

QUADRO 2

População do município de Vila Franca de Xira, segundo o sexo e a origem, em 2018 (%)

	Homens	Mulheres	Fontes
Total da população	47,4%	52,6%	<i>Estimativas INE 2018</i>
Estrangeiros	46,5%	53,5%	<i>SEF 2018</i>
Estrangeiros UE	52,9%	47,1%	<i>SEF 2018</i>
Estrangeiros não-UE	44,8%	55,2%	<i>SEF 2018</i>

Na população estrangeira residente no território, destaca-se uma maior feminização do contingente vindo do Brasil (em que as mulheres representam cerca de 60% da comunidade) mas também em outras nacionalidades extracomunitárias. Das 5 nacionalidades mais representativas no território, apenas a comunidade romena é mais masculinizada (55% de homens).

QUADRO 3

Principais nacionalidades residentes no concelho, segundo o sexo, em 2018

Principais nacionalidades	Homens		Mulheres	
	N.º	%	N.º	%
Brasil	759	41,2%	1082	58,8%
Roménia	422	55,4%	340	44,6%
Cabo Verde	350	47,1%	393	52,9%
Ucrânia	194	44,7%	240	55,3%
Angola	183	43,8%	235	56,2%

Em relação aos casamentos celebrados em Vila Franca de Xira, 10% são celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira ou em que ambos os cônjuges são estrangeiros (países extracomunitários).

QUADRO 4

Casamentos celebrados em Vila Franca de Xira por nacionalidade dos cônjuges, em 2018

Total	Ambos os cônjuges portugueses	Um cônjuge português e outro estrangeiro	Ambos os cônjuges estrangeiros
290	260	25	5

Fonte: INE

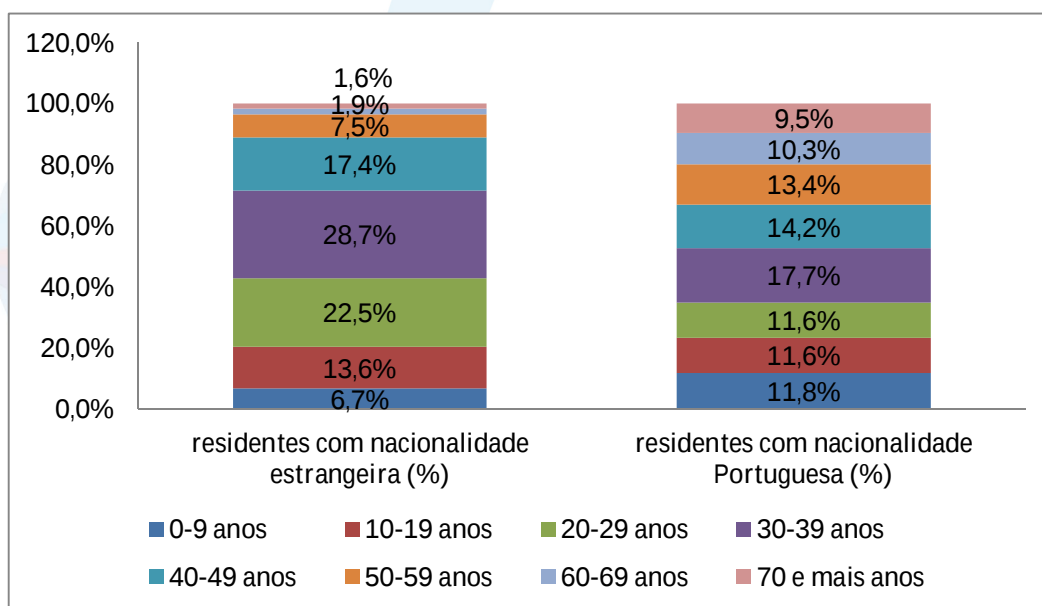
No que se refere aos grupos etários, os dados disponíveis remetem aos Censos 2011, que embora já não espelhem totalmente a realidade actual da população estrangeira no território, podem servir como ponto de referência.

Em 2011, a população de nacionalidade estrangeira residente no município é tendencialmente mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa. A população estrangeira mostra uma grande concentração nas idades entre os 20-49 anos (68,9%), o que não se verifica na população de nacionalidade portuguesa, que regista no

mesmo intervalo de idades 43,5%. Por outro lado, apenas 2,5% dos estrangeiros tem 60 ou mais anos, enquanto os residentes de nacionalidade portuguesa atingem os 19,8% no mesmo intervalo de idades.

GRÁFICO 5

População do município de Vila Franca de Xira, segundo o grupo etário e a nacionalidade, em 2011
(%)

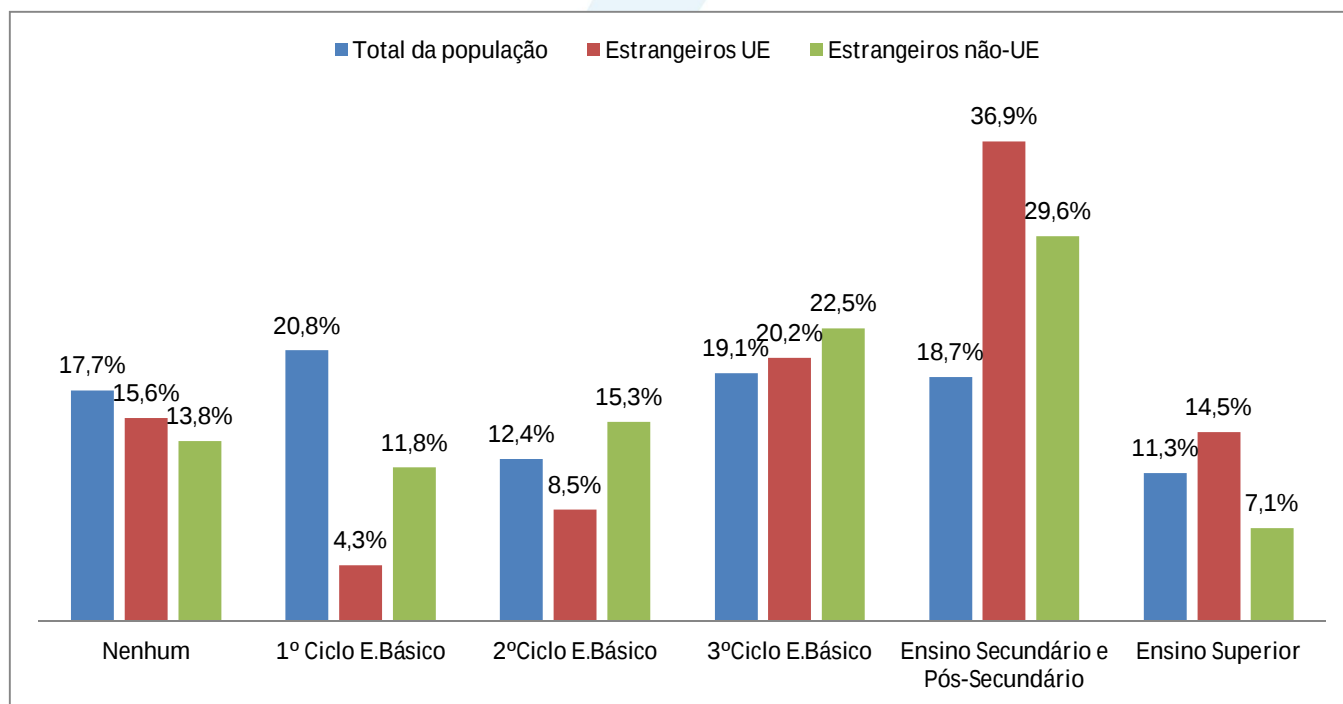


Fonte: INE – Censos 2011

Segundo dados dos Censos 2011, a população de nacionalidade estrangeira possuía, em geral, níveis de escolaridade mais elevados que a generalidade da população residente no município. Essa tendência é, desde logo, visível na percentagem da população estrangeira com ensino secundário e pós-secundário – atingindo os 36,9% no caso dos estrangeiros UE e 29,6% no caso dos estrangeiros de países terceiros, quando para o total da população essa percentagem fixa-se nos 18,7%. Além disso, a população estrangeira da UE ultrapassa a generalidade da população no que diz respeito às qualificações de nível superior (14,5%), enquanto para o total da população essa percentagem apenas atinge os 11,3%, e quando se fala de estrangeiros extracomunitários esse valor é de apenas 7,1%. É ainda possível constatar que no caso da generalidade da população residente no município 38,5% apenas atingiu o 1º ciclo (17,7% não atingiu nenhum nível de ensino e 20,8% o 1º ciclo) ao passo que no caso dos cidadãos estrangeiros UE os valores situam-se em 19,9% (15,6% não atingiu nenhum nível de ensino e 4,3% atingiu o 1º ciclo) e no caso dos cidadãos estrangeiros não-UE os valores situam-se em 25,6% (13,8% não atingiu nenhum nível de ensino e 11,8% atingiu o 1º ciclo).

GRÁFICO 6

Nível de escolaridade completo da população residente no município de Vila Franca de Xira, 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2011

2.4. Integração da população estrangeira no mercado de trabalho

Relativamente à condição perante o trabalho, em 2011 denotava-se que os estrangeiros evidenciavam taxas de atividade bastantes superiores à generalidade da população (81,7% no caso dos estrangeiros da União Europeia e 77,1% no caso dos cidadãos estrangeiros de países terceiros). A taxa de desemprego era também superior para o caso dos cidadãos de países terceiros (21,0%) e dos estrangeiros da União Europeia (14,4%) por comparação com a taxa de desemprego global do município que se situava nos 11,3%.

QUADRO 5

Taxas de atividade, emprego e desemprego para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros não-UE e naturais do estrangeiro, em 2011 (%)

	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	88,7%	11,3%	65,2%
Estrangeiros UE	85,6%	14,4%	81,7%
Estrangeiros não-UE	79,0%	21,0%	77,1%

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, existiam no território cerca de 372 empregadores estrangeiros, o que significa um aumento de cerca de 38% face ao número de empregadores estrangeiros detestados pelos Censos de 2001. Em 2011, empregadores estrangeiros representavam cerca de 7,1% do total dos empregadores em Vila Franca de Xira.

QUADRO 6

Empregadores Estrangeiros (EE) no concelho, em 2011

N.º de EE	Variação de EE de 2001 para 2011 (%)	% EE por total de empregadores	% EE por residentes estrangeiros
372	+38,3	7,1	4,8

Fonte: Dados INE, in [Oliveira \(2019\)](#)

2.5 População estrangeira recenseada

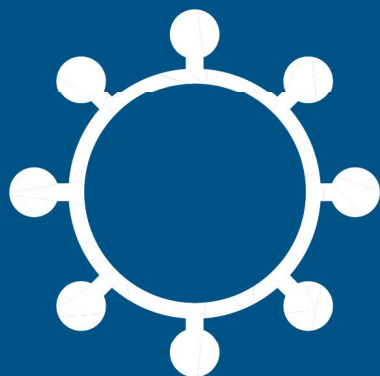
No que diz respeito ao recenseamento eleitoral, constata-se que em 2018 a população estrangeira recenseada perfazia um total de 229 cidadãos num total de 112.881 eleitores no município. Destes 229 cidadãos estrangeiros recenseados, 194 são nacionais de países terceiros, enquanto 35 são cidadãos da União Europeia.

Total de eleitores no município: 112.881

Eleitores Estrangeiros da União Europeia: 35

Eleitores Estrangeiros de Países Terceiros: 194

(Fonte: DGAI - Direção-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral 2018)



CAP.3

**CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS LOCAIS DE
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES E
SEUS DESCENDENTES NO MUNICÍPIO DE
VILA FRANCA DE XIRA**

3.1 Compromisso da autarquia

Forças:

- Os temas da imigração, da diversidade cultural e da integração são pontualmente objeto de debate público no município, sobretudo no âmbito da Rede Social, Assembleia municipal ou eventos esporádicos. Nos documentos oficiais da autarquia é usada a categoria “Imigrantes” ou descendentes de imigrantes, embora com a aprovação de candidatura do “Plano Municipal para a Integração de Migrantes” comece a surgir a expressão “nacionais de países terceiros”.
- Nos discursos oficiais e nas comunicações por parte da autarquia, há referências pontuais aos temas da imigração, da diversidade cultural e da integração de imigrantes, sobretudo em discursos do executivo, em notícias na página de Internet da Câmara Municipal ou folhetos com a informação sobre os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM).
- A autarquia está a construir um documento oficial para enquadrar especificamente o acolhimento e a integração de imigrantes e seus descendentes e a promoção da interculturalidade, nomeadamente através do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), que se encontrava à data da inquirição no seu início e com previsão de implementação no período de 2020-2022. Antes do PMIM, já estava previsto em sede de Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, nas Competência da Divisão de Divisão Saúde e Solidariedade: “ *m) desenvolver programas e medidas de apoio à participação e integração da população imigrante e de promoção da interculturalidade.*”
- No orçamento da autarquia existe uma verba para o acolhimento e a integração de imigrantes e seus descendentes ou para a promoção da interculturalidade, nomeadamente no que se refere às actividades do CLAIM. Com a candidatura aprovada no âmbito do Fundo Asilo, Migração e Integração, em 2019, para conceção e implementação de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2020-2022, o município suportará 25% do valor aprovado de 195.370,30€.
- A autarquia promoveu acções de sensibilização na área da diversidade cultural e contra a discriminação racial ou xenofobia, através do projeto “#Direitos.Com”. Este projeto pretende promover a noção de cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização para a educação para os Direitos Humanos e participação democrática, tendo em vista a valorização da diversidade humana, tolerância, não discriminação, combate à exclusão e cooperação, e é direccionado para a comunidade escolar (alunos, docentes e não docentes), profissionais de intervenção social e comunitária e forças de segurança.
- Nos próximos 365 dias, a autarquia prevê a continuação de promoção de acções que reforcem as competências interculturais dos seus funcionários e/ou técnicos de instituições públicas e privadas do município.
- Existência de um serviço/gabinete da autarquia dedicado especificamente ao acolhimento e integração de imigrantes e à promoção da interculturalidade, com diferentes postos de atendimento, em diferentes freguesias do concelho.

- As políticas promovidas pela autarquia têm por base diagnósticos ou estudos sobre imigrantes e/ou diversidade cultural no município, nomeadamente foi realizado um estudo de caracterização das comunidades imigrantes em Vila Franca de Xira em 2003 e no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social.

Fraquezas:

- A autarquia não tem institucionalizada uma data para a celebração da diversidade cultural, do diálogo intercultural ou da imigração.
- A autarquia não disponibiliza materiais informativos nas áreas da imigração e da diversidade intercultural, e em diferentes línguas.
- A autarquia não dispõe de mecanismos que reconheçam publicamente cidadãos ou instituições locais que se distingam por promoverem o acolhimento, a integração de imigrantes e seus descendentes ou a interculturalidade. Da mesma maneira, a autarquia nunca foi reconhecida, com uma distinção ou prémio, pelas suas atividades ou políticas na vertente da integração de imigrantes e seus descendentes ou da diversidade cultural.

Oportunidades:

- Salientam-se como potenciais oportunidades, por um lado a grande concentração da população estrangeira de Vila Franca de Xira na faixa etária entre os 20 e os 49 anos, podendo como tal ser potenciado o facto da grande maioria destes se encontrar em idade ativa e, por outro, o facto de esta população apresentar níveis de escolaridade superiores aos da população portuguesa residente, algo que reforça o potencial aproveitamento e rentabilização desta população ativa e escolarizada.
- A construção de um documento oficial que enquadra especificamente o acolhimento e a integração de imigrantes e seus descendentes e a promoção da interculturalidade, baseado num diagnóstico exaustivo e atual, que seja participado pelas diferentes entidades públicas e privadas que atuam no território concelhio e pelos próprios imigrantes, permitirá níveis superiores de integração dos cidadãos estrangeiros no território.

Ameaças:

- Descontinuidade de orientações das políticas públicas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes.
- Desaproveitamento de uma população com características demográficas, apresentadas nas “oportunidades”, que poderia potenciar o sector económico e/ou desenvolvimento local do município de Vila Franca de Xira.

3.2 Serviços de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes

Forças:

- O território concelhio dispõe de um serviço de atendimento especializado ao imigrante - o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Vila Franca de Xira, da responsabilidade da autarquia, e com vários postos de atendimento fixos. Este serviço existe desde 2004 e no ano de 2019, entre janeiro e outubro, contou com 704 atendimentos. O CLAIM presta apoio e informação geral em diversas áreas, tais como: regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.
- O município, através de uma parceria com a Segurança Social, dispõe de um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Integrado, desde 2016, o que permite uma resposta mais célere também para a população migrante.
- No município não há uma resposta/serviço de mediação intercultural ou similar específico, embora parte das funções do CLAIM seja esse trabalho de mediação entre a população migrante e principalmente as entidades locais, nomeadamente unidades de saúde e escolas.

Fraquezas:

- O município não dispõe de um *kit* de acolhimento ou materiais específicos com informações úteis para os imigrantes.

Oportunidades:

- O trabalho iniciado pela autarquia e parceiros locais com a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e a sua implementação futura poderá representar uma mais-valia, no sentido de dar a conhecer a uma população mais alargada os atuais serviços de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes existentes no concelho.

Ameaças:

- A ausência de materiais informativos potencia o desconhecimento e desinformação por parte dos imigrantes relativamente a questões relacionadas sobretudo com a regularização, o mercado de trabalho, a saúde e a educação, dificultando a sua integração no território, e podendo ter consequências a nível da convivência local.

3.3 Urbanismo e habitação

Forças:

- Embora não exista no município nenhum serviço específico que encaminhe ou informe os imigrantes na vertente da habitação, existe um serviço destinado à generalidade da população que encaminha e informa também os cidadãos estrangeiros.
- No município são dinamizadas iniciativas que promovem a interação de moradores de diferentes zonas e de diferentes origens culturais, sendo de destacar iniciativas e eventos promovidos pela Associação de Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira.
- A habitação social do município é dispersa pelo território, em várias zonas e freguesias, não se concentrando apenas em bairros municipais, o que denota um interesse da autarquia pelas questões da integração e da diversidade cultural.

Fraquezas:

- O município não dispõe de iniciativas que promovam a interação de moradores de diferentes origens culturais dentro da mesma zona e/ou bairro, embora todos os bairros municipais, onde existe alguma concentração de comunidades migrantes, dispõem de Centros comunitários ou gabinetes de intervenção que trabalham directamente com a população.

Oportunidades:

- O diagnóstico do PMIM deverá constituir uma oportunidade para aprofundar o conhecimento na área da habitação e urbanismo no que se refere à população estrangeira a residir no município e planear uma intervenção caso se verifique essa necessidade.

Ameaças:

- A falta de uma política e/ou de iniciativas que promovam a interação entre as comunidades imigrantes e a sociedade de acolhimento, em zonas onde se verifica uma concentração de imigrantes e seus descendentes, pode afetar a forma como a sociedade de acolhimento vê as questões relacionadas com as migrações.
- A situação actual do mercado imobiliário em Portugal e no concelho, bem como o desconhecimento das condições habitacionais das comunidades migrantes do território pode camuflar situações de precariedade habitacional e social.

3.4 Mercado de trabalho e empresarial, formação e capacitação

Forças:

- Existência de negócios/empresas no território dinamizadas por imigrantes.
- Embora não exista um gabinete específico na área do emprego migrante, existe um Gabinete de Inserção Profissional que dá resposta a todos os cidadãos do território, bem como está a desenvolver uma Rede de Empregabilidade para grupos vulneráveis, que irá também ter como alvo as comunidades migrantes.
- O território concelhio dispõe de respostas na vertente da formação ou capacitação direccionadas a imigrantes, ao nível de cursos de língua portuguesa (PPT).
- Existiram no território acções de sensibilização sobre Direito do trabalho e Higiene e Segurança no Trabalho, dinamizadas pelo GIP, bem como acções de sensibilização na área da não-discriminação, no âmbito do projeto Direitos.com.

Fraquezas:

- O município não dispõe de nenhuma política de atração específica para investidores estrangeiros, empresários imigrantes ou outro perfil de imigrantes ativos.
- No município não existe uma incubadora de empresas na qual os imigrantes também possam participar.

Oportunidades:

- O diagnóstico do PMIM deverá constituir uma oportunidade para aprofundar o conhecimento na área do emprego no que se refere à população estrangeira a residir no município e planear uma intervenção caso se verifique essa necessidade. Será uma oportunidade trabalhar com as entidades empregadoras de forma a desfazer possíveis mitos que surjam no âmbito da contratação de imigrantes em vias de regularização.

Ameaças:

- O desconhecimento mais aprofundado da população ativa imigrante a residir no território poderá comprometer o processo de integração de imigrantes e constitui um desaproveitamento de potencial trazido pelos estrangeiros para o desenvolvimento local do próprio município.

3.5 Cultura

Forças:

- No município a programação cultural existente e os eventos promovidos espelham ocasionalmente a diversidade cultural dos seus residentes.
- Quando solicitado, o município apoiou entidades da sociedade civil para a dinamização de atividades culturais com enfoque na diversidade cultural, nomeadamente através de apoios financeiros, logísticos, cedências de instalações, ou de equipamentos.

Fraquezas:

- Inexistência de atividades com vista à sensibilização para a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural em espaços públicos.

Oportunidades:

- Constitui uma oportunidade o alargamento da programação cultural do município que tem em vista a sensibilização para a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural a novos espaços e a novos públicos, assim como a promoção do envolvimento de produtores/artistas imigrantes residentes no município ou em Portugal.

Ameaças:

- Descontinuidade do trabalho iniciado no território concelhio no que concerne a dinamização de atividades culturais com enfoque na diversidade cultural.

3.6 Solidariedade e resposta social

Forças:

- No município, todas as entidades que trabalham no âmbito da intervenção social abrangem a população imigrante aí residente.
- O município, através de uma parceria com a Segurança Social, dispõe de um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Integrado, desde 2016, o que permite uma resposta mais célere também para a população migrante.
- No município há um serviço/programa (CLAIM) que possibilita o apoio ao retorno dos estrangeiros em situação de carência económica ao seu país de origem, através do Programa Árvore, da Organização Internacional para as Migrações.

Fraquezas:

- No território, existem situações de carência económica e questões a resolver nas áreas da saúde, educação e alimentação, ainda que o município e as entidades locais tentem encontrar o máximo de respostas possíveis.

Oportunidades:

- A articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais constitui uma oportunidade de rentabilização de recursos já existentes, permitindo a criação de projetos ou iniciativas específicas dirigidas à população imigrante.

Ameaças:

- O agravamento das situações de carência económica de alguns dos imigrantes residentes no território concelhio poderá colocar em causa a capacidade de resposta das entidades que no concelho trabalham no âmbito da intervenção social.

3.7 Cidadania e participação cívica

Forças:

- No município existem 3 associações de imigrantes: Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira (atendimento em diferentes áreas, cultura, desporto, jovens, formação, etc.), Rotas da Lusofonia (apoio na língua portuguesa), Djunta Mo – Ass. Raiz de Cabo Verde (cariz cultural).
- A autarquia disponibiliza recursos às associações que trabalham para os imigrantes no município, tais como recursos financeiros, cedência de espaços, apoio em materiais e equipamentos e outros apoios logísticos.

Fraquezas:

- Não há no município um órgão/estrutura semelhante ao Conselho para as Migrações.
- No município foram promovidas iniciativas de informação/sensibilização sobre a importância do recenseamento eleitoral dos imigrantes.
- No município, não existem iniciativas para incentivar a participação dos imigrantes na esfera política e cívica.
- A origem étnica ou a nacionalidade dos políticos candidatos ou eleitos nas eleições locais não reflete a diversidade de origens dos residentes no município.

Oportunidades:

- A articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais, inclusive no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, constitui uma oportunidade de rentabilização de iniciativas e recursos já existentes no sentido do incentivo à cidadania e à participação cívica dos imigrantes como forma de colmatar as fraquezas identificadas.

Ameaças:

- Persistência da falta de participação dos imigrantes em matéria de cidadania e participação cívica.
- Desfasamento entre as respostas existentes e as necessidades dos imigrantes, se estes não forem auscultados regularmente.

3.8 Media e sensibilização da opinião pública

Forças:

- Na análise do questionário não foram identificadas forças nesta dimensão

Fraquezas:

- Inexistência de *media* étnicos de imigrantes ou para imigrantes que sejam de iniciativa local.
- Inexistência de iniciativas de sensibilização (promovidas pela autarquia ou pela sociedade civil) dirigidas a jornalistas dos *media* locais sobre a forma de veicular informação acerca da imigração ou diversidade cultural.
- Inexistência de uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração.

Oportunidades:

- Constitui uma oportunidade a dinamização de iniciativas de sensibilização (promovidas pela autarquia ou pela sociedade civil) dirigidas a jornalistas dos *media* locais sobre a forma de veicular informação acerca da imigração ou diversidade cultural e a criação de uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social para a população em geral.

Ameaças:

- A ausência de iniciativas no que diz respeito à sensibilização da opinião pública pra as questões das migrações e da diversidade cultural poderá levar a uma sociedade de acolhimento menos aberta para o acolhimento e integração dos migrantes.

3.9 Racismo e discriminação

Forças:

- No município existem iniciativas ou serviços destinados a combater comportamentos racistas, xenófobos ou discriminatórios, dirigidas à comunidade escolar, rede social e outras entidades locais.
- Conhecimento da existência da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) e dos mecanismos de recolha e encaminhamento de queixas.

Fraquezas:

- No município não há um serviço de apoio a vítimas de discriminação/racismo.

Oportunidades:

- Articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais na dinamização de iniciativas destinadas a prevenir comportamentos racistas, xenófobos ou discriminatórios, abertas também à população em geral.
- O diagnóstico do PMIM deverá constituir uma oportunidade para aprofundar as questões do racismo e discriminação, através da inquirição direta aos próprios imigrantes.

3.10 Relações internacionais

Forças:

- O município tem uma política de cooperação internacional, nomeadamente baseada em acordos ou geminações com cidades cabo-verdianas (Tarrafal e Santa Catarina), embora se desconheça se esses acordos contemplam as questões das migrações ou da integração de migrantes.

Fraquezas:

- Ausência de uma política de atração de imigrantes e seus diferentes perfis (e.g. trabalhadores sazonais, reformados, estudantes, empresários, profissionais de saúde, investigadores ou outros profissionais altamente qualificados).
- Inexistência de projetos ou políticas para promover as relações com os países de origem das comunidades imigrantes residentes no município.

Oportunidades:

- Constitui uma oportunidade a conceção de uma política de atração de imigrantes e seus diferentes perfis.
- Flexibilidade e empenho das entidades locais públicas e privadas com o intuito de apostar numa política de cooperação internacional e/ou em projetos que visem as questões das migrações, da integração de imigrantes e/ou das relações com os países de origem das comunidades imigrantes no município. É uma oportunidade que deve ser explorada com projetos sólidos e coerentes para fazer face à ausência de políticas no âmbito das relações internacionais.

Ameaças:

- Ausência de uma política que vise as questões das migrações, da integração de imigrantes e/ou das relações com os países de origem das comunidades imigrantes no município.

3.11 Religião

Forças:

- O município dispõe de espaços de culto que refletem a diversidade religiosa presente no município.

Fraquezas:

- Apesar de uma grande diversidade religiosa no território, inexistência de iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso no município, embora as entidades religiosas locais sejam convidadas a participar na Festa de Natal do município.

Oportunidades:

- Considerando as comunidades religiosas residentes no território concelhio constitui uma oportunidade a aposta em iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso no município.

Ameaças:

- Desconfiança da sociedade de acolhimento de comunidades religiosas minoritárias no território.

3.12 Educação e língua

As respostas deste bloco de questões reportam ao Agrupamento de Escolas de Vialonga (AEV) que acolhe 2153 alunos, 185 dos quais de nacionalidade estrangeira, provenientes principalmente do Brasil (69), Cabo Verde (42), Angola (28) Roménia (20), São Tomé e Príncipe (16), entre outras nacionalidades. As escolas do concelho estão lotadas e o AEV é o único agrupamento que aceita todos os alunos. Há uma turma que teve de ser aberta com os 14 novos alunos estrangeiros que chegaram mais tarde, que vivem inclusive fora de Vialonga. Para o próximo ano lectivo pretendem arranjar outra solução face à realidade actual, de forma talvez a formarem turmas mais pequenas, para conseguirem incluir os recém-chegados ao longo do ano em diferentes turmas.

Forças:

- As turmas são constituídas com base em normativos legais, tendo em conta a data de nascimento dos alunos e o aproveitamento escolar, bem como a área de residência e a continuação da turma entre ciclos.
- O projeto educativo do agrupamento de escolas contempla, em parte, a dimensão da interculturalidade e da imigração: *“Eixo 1 | Inclusão e sucesso educativo • Promover a inclusão e o sucesso educativo de todas as crianças e jovens na escola e na comunidade, valorizando a diversidade, promovendo o respeito pelo outro, pelas diferenças culturais e a interação positiva entre as diferenças presentes em cada situação.”*
- O agrupamento de escolas promove a integração de alunos de diferentes culturas no que diz respeito ao seguinte:
 - a) Através de iniciativas em sala de aula no contexto das várias unidades curriculares
 - b) Através de iniciativas culturais (Semana Intercultural, mostras gastronómicas, comemoração dos 70 anos dos Direitos Humanos)
 - c) As escolas promovem, ou são parceiras, em projetos de promoção da interculturalidade: Erasmus + ; Programa de Rede de Escolas para a Educação Intercultural.
 - d) A gestão do calendário lectivo e das atividades lectivas atende à diversidade dos alunos (e.g. foi comemorado o Natal ortodoxo)
 - e) O pessoal afeto aos serviços das escolas encontra soluções para comunicar com os alunos (e suas famílias) que não dominam a língua portuguesa, nomeadamente através de apoio dos professores de línguas e de outros alunos.
 - f) Pretendem desenvolver um guião de apoio aos recém-chegados.
 - g) Têm sido promovidas ações de formação ou de sensibilização, dirigidas aos jovens, estando as mesmas previstas também para o pessoal docente e não docente.
 - h) Os alunos estrangeiros dispõem de Português como Língua Não Materna.
- O município dispõe de iniciativas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa para imigrantes, através de ações de diferentes entidades: IEFP, Escola Alves Redol e Rotas da Lusofonia.

Fraquezas:

- No agrupamento de escolas não há nenhuma orientação ou estratégia de combate a comportamentos discriminatórios em contexto escolar, embora também não tenha ocorrido nenhuma situação nesta área.
- O agrupamento de escolas dispõe de poucos materiais pedagógicos de apoio aos docentes e aos alunos para trabalharem as questões da diversidade cultural.
- As iniciativas de apoio à língua, à excepção da ministrada pela associação Rotas da Lusofonia, estão disponíveis apenas para cidadãos regulares, pelo que as iniciativas acabam por dar resposta às necessidades efectivas.

Oportunidades:

- Considerando todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em prol da integração dos alunos estrangeiros e considerando a Educação Intercultural enquanto processo etápico, constitui uma oportunidade para o Agrupamento de Escolas de Vialonga o aprofundamento desse processo passando de iniciativas que celebram a diversidade cultural e/ou que produzem conhecimento sobre essa mesma diversidade, para iniciativas de carácter mais transformativo com dinâmicas participativas de base reflexiva em torno da questão das identidades e para iniciativas de carácter mais interventivo em torno de projetos que promovam a participação efetiva de todos numa base de equidade.
- O diagnóstico do PMIM deverá constituir uma oportunidade para aprofundar as questões da língua e encontrar soluções para que todos os imigrantes tenham acesso à aprendizagem de português, independentemente da sua situação face à regularização.

Ameaças:

- Num mundo que se quer global, a inexistência de iniciativas com o foco nesta área, bem como de materiais e recursos que sensibilizem toda a comunidade escolar para a riqueza da diversidade cultural, pode constituir uma ameaça futura a nível de convivência.

3.13 Saúde

As respostas deste bloco de questões reportam à Unidade de Saúde Familiar (USF) Terras de Cira.

Forças:

- Os serviços de saúde do município adotam práticas muito diversificadas no atendimento aos imigrantes sempre que se apresentam dificuldades de comunicação: uso de outra língua, repetição, gestos.
- No município existem médicos de nacionalidade estrangeira, que contribuem para a um atendimento mais eficaz, nomeadamente no que respeita às dificuldades de cariz linguístico, bem como outras de cariz cultural.

Fraquezas:

- Apenas os cidadãos com situação regular no país têm acesso aos serviços públicos de saúde nesta unidade de saúde, ainda que os cidadãos em situação irregular sejam encaminhados para outras unidades de saúde no concelho.
- Os imigrantes em situação irregular, embora não lhes seja negado o acesso, não têm resposta na sua área de residência, tendo de se deslocar e podendo ter problemas a nível de transportes e de horários.
- Na vertente da saúde, não têm sido desenvolvidas ações ou materiais de divulgação e sensibilização para as questões da imigração, nomeadamente acerca da temática “Direitos dos Imigrantes no Acesso à Saúde”, “Competências interculturais dos profissionais de saúde e administrativos” e/ou “Cuidados Preventivos de Saúde”.
- Esta unidade de saúde não integra de forma consciente nas suas práticas os princípios da assistência religiosa, espiritual ou cultural, em função da diversidade presente no território.

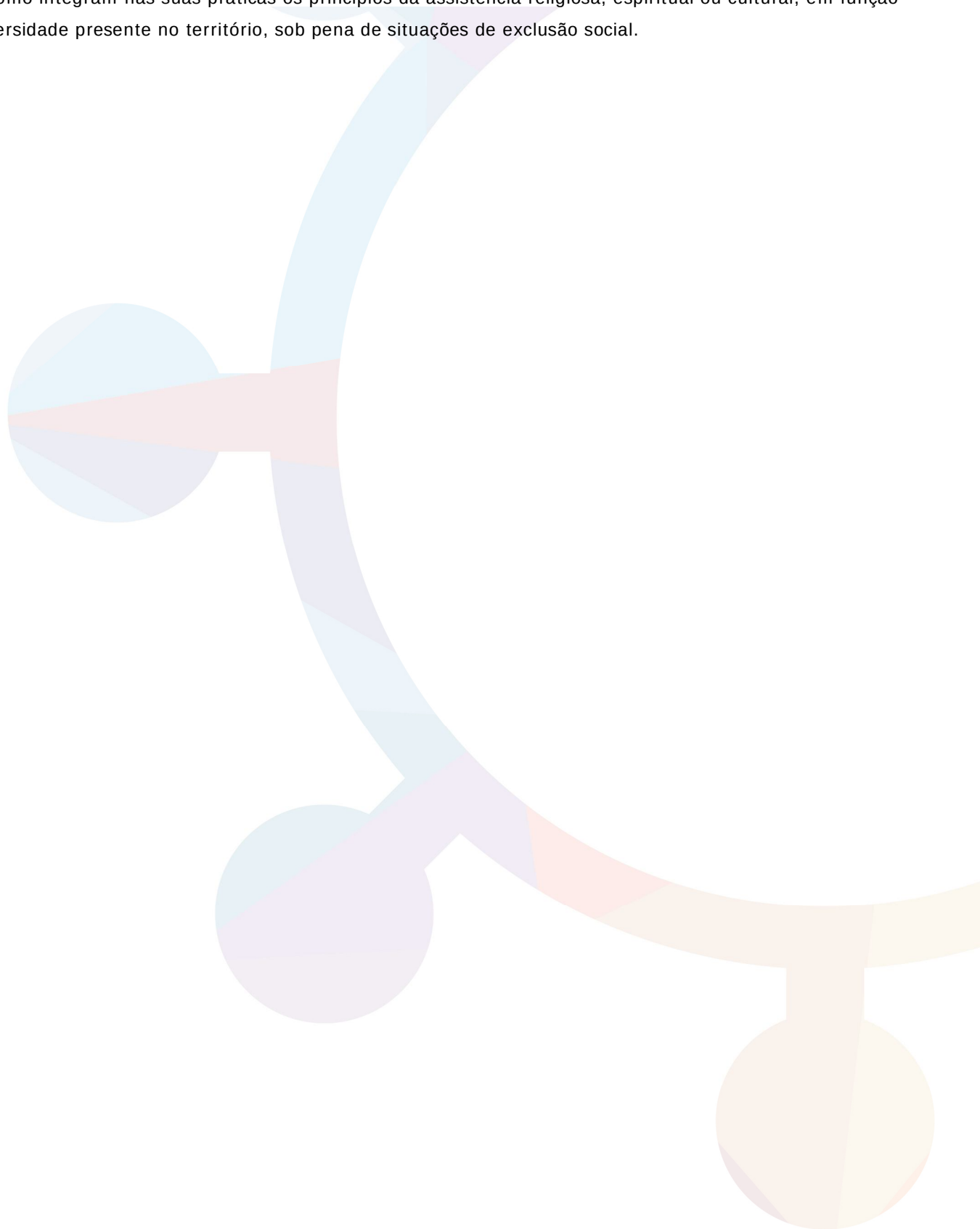
Oportunidades:

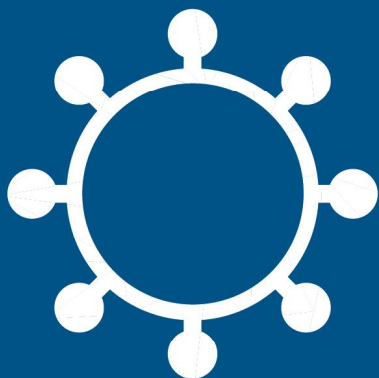
- O diagnóstico do PMIM deverá constituir uma oportunidade para aprofundar as questões relacionada com a saúde e perceber as verdadeiras necessidades e dificuldades no acesso à saúde, através da inquirição aos próprios imigrantes. Dependendo dos resultados, tentar encontrar soluções para a resolução das questões suscitadas com os parceiros e autoridades locais e/ou nacionais.

Ameaças:

- Necessidade de garantir que todas as unidades de saúde do território seguem os mesmos preceitos a nível do acesso aos serviços públicos de saúde no território, independentemente da situação legal dos cidadãos,

bem como integram nas suas práticas os princípios da assistência religiosa, espiritual ou cultural, em função da diversidade presente no território, sob pena de situações de exclusão social.





LINHAS CONCLUSIVAS

O município de Vila Franca de Xira, conforme evidenciado anteriormente, conjuga dois cenários demográficos que importa apresentar de forma sintética. O primeiro cenário remete para saldos naturais positivos (diferença entre os valores anuais de óbitos e de nados-vivos no município). O segundo cenário remete para a evolução do fenómeno migratório. Em 2018 o saldo migratório do município de Vila Franca de Xira apresentava já valores positivos (99 indivíduos), ou seja, nesse ano o número de pessoas que imigraram foi superior ao número de pessoas que emigraram.

Analisando este contexto demográfico através dos saldos naturais e migratórios importa reequacionar o contributo e a importância da imigração para o município. As políticas de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, desenvolvidas ao nível local adquirem, nesse sentido, especial relevância.

Em face dos resultados obtidos por via da aplicação da ferramenta IMAD ao município de Vila Franca de Xira, e não descurando que é necessário complementar este inquérito com outros instrumentos mais qualitativos e abrangentes para um diagnóstico da realidade do território, é possível sugerir algumas pistas de intervenção em alguns domínios de ação.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao **compromisso da autarquia** relativamente às políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, considerando os cenários demográficos já descritos e relacionados com a idade ativa e os níveis de escolaridade da população estrangeira residente no território concelhio, constitui uma oportunidade o reforço do potencial desta população ativa e escolarizada.

A conceção e implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes em Vila Franca de Xira, uma marca do atual compromisso da autarquia relativamente a políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, constitui uma oportunidade de reforçar a articulação entre a administração local e os parceiros locais numa perspetiva de rentabilização de recursos já existentes e encontrar soluções para necessidades ainda a colmatar na perspetiva da integração das comunidades imigrantes residentes no território.

A construção de um documento oficial que enquadre especificamente o acolhimento e a integração de imigrantes e seus descendentes e a promoção da interculturalidade, que seja participado pelas várias entidades públicas e privadas que atuam no território concelhio e pelos próprios imigrantes constitui uma oportunidade fundamental para atingir respostas estruturadas e mais eficientes, que consigam potenciar as migrações e a diversidade cultural, enquanto contributo fundamental para o desenvolvimento local.

Em segundo lugar e demonstrando também o compromisso da autarquia relativamente a políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, a existência de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), com diferentes postos de atendimentos em várias freguesias, da responsabilidade do município, é uma garantia da contínua preocupação com o **acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes**, assegurando respostas e serviços de proximidade.

O ACM, I.P., através do Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM), presta apoio técnico tanto na formação dos técnicos, na disponibilização de informação e materiais, como na

dinamização da própria Rede CLAIM. A Rede CLAIM faz parte da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM), a par com os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), estruturas dependentes do ACM, I.P., em Lisboa e Porto e em Faro, dirigidos ao cidadão migrantes, onde se concentram, num mesmo espaço, vários serviços específicos, vocacionados para a temática da imigração, entre Instituições Públicas e Gabinetes de Apoio Especializado. A Linha de Apoio a Migrantes um serviço de atendimento telefónico criada com o objetivo de disponibilizar a imigrantes, instituições, empresas e órgãos da administração pública, um serviço de atendimento telefónico apto a prestar informações gerais sobre a temática da imigração, em 10 línguas. O Serviço de Tradução Telefónica (STT) vem colmatar a dificuldade sentida pelos imigrantes na sua relação com os serviços em Portugal, a barreira da língua, ao colocar em conferência telefónica o técnico da instituição prestadora de serviços, um tradutor e o imigrante.

No domínio do **urbanismo e da habitação**, a articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais constitui uma oportunidade de rentabilização de recursos já existentes, bem como diagnóstico do Plano Municipal para a Integração de Migrantes uma oportunidade para conhecer mais profundamente esta área temática.

No que se refere ao **mercado de trabalho e empresarial e à formação e capacitação**, a articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais constitui uma oportunidade de rentabilização de recursos já existentes e o colmatar das fraquezas identificadas no território concelhio, pelo que em sede de diagnóstico do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, deverá ser dada especial atenção a esta área. Seria interessante encontrar respostas para os cidadãos que ficam excluídos dos serviços/programas formais, bem como envolver as entidades empregadoras para as questões das migrações e da diversidade, aprofundando inclusive o conhecimento do mercado laboral e empreendedor na vertente das comunidades estrangeiras a residir no território.

Na vertente da **cultura**, constitui uma oportunidade o alargamento da programação cultural do município que tem em vista a sensibilização para a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural a novos espaços e a novos públicos, assim como a promoção do envolvimento de produtores/artistas imigrantes residentes no município ou no país.

No que se refere à **solidariedade e às respostas sociais** existentes no território concelhio, a articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais constitui uma oportunidade de rentabilização de recursos já existentes permitindo a criação de projetos ou iniciativas específicas dirigidas à população imigrante.

No capítulo da **cidadania e da participação cívica**, a articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais, inclusive com a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e o uso de metodologias participativas, constitui uma oportunidade de rentabilização de iniciativas e recursos já existentes no sentido do incentivo à cidadania e à participação cívica dos imigrantes como forma de colmatar as fraquezas identificadas. Em relação ao trabalho a desenvolver com associações de imigrantes, o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes do ACM, I.P. dedica-se especialmente à organização, execução e

avaliação das iniciativas que as associações pretendem desenvolver e assegura a colaboração técnica e o controle de gestão dos apoios financeiros prestados às suas atividades.

No que diz respeito às questões dos **media e da sensibilização da opinião pública** constitui uma oportunidade a criação de uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração junto dos meios de comunicação social locais e da população em geral, dando visibilidade às questões das migrações como potencial para o território.

No que toca ao **racismo e à discriminação**, e embora não tendo à data da inquirição sido identificadas situações de racismo ou discriminação no município, poderá revelar falta de informação dos mecanismos que a comunidade migrante tem à sua disposição. Seria interessante, no âmbito do diagnóstico do PMIM, auscultar directamente a própria população imigrante sobre esta questão.

Na área das **relações internacionais**, constitui uma oportunidade a conceção de uma política de atração de imigrantes e seus diferentes perfis.

Relativamente à temática da **religião**, constitui uma oportunidade a aposta em iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso, dada a diversidade religiosa no território.

Na dimensão da **educação**, e considerando o trabalho que o Agrupamento de Escolas de Vialonga tem vindo a desenvolver junto dos alunos, constitui uma oportunidade o aprofundamento desse processo por via do desenvolvimento de iniciativas que celebrem a diversidade cultural e/ou de iniciativas de formação ou sensibilização com vista à capacitação (dos alunos, pais, e do pessoal docente e não docente) no âmbito das competências interculturais. Especial atenção a algumas ferramentas e serviços disponibilizados pelo ACM, I.P. como são exemplo o Kit Intercultural Escolas, a iniciativa Selo Escola Intercultural e à sua oferta formativa, gratuitamente dirigida a cidadãos, profissionais e entidades que, direta ou indiretamente, estejam ligados às questões da Interculturalidade e das Migrações - <http://www.acm.gov.pt/-/oferta-formativa>.

Na vertente da **saúde**, constitui-se como uma oportunidade um aprofundamento do diagnóstico no âmbito do PMIM, de forma a auscultar os próprios imigrantes e de forma a garantir que o acesso pleno a todos os cidadãos.

Com o Observatório das Migrações (www.om.acm.gov.pt), o ACM, I.P. pretende aprofundar o conhecimento sobre a realidade das migrações em Portugal para poder definir, executar e avaliar políticas eficazes de integração para as populações imigrantes. Como tal, dispõe de um conjunto de publicações disponíveis para *download* gratuito e de compilações estatísticas disponíveis online.

Constitui ainda uma ferramenta de apoio aos municípios as práticas inspiradoras, identificadas no âmbito da aplicação do IMAD, com potencial de disseminação noutros territórios/contextos e às quais é possível aceder através do portal do ACM, I.P. - <http://www.acm.gov.pt/parceiros/municipios>, onde também poderão encontrar informação sobre os Planos Municipais para a Integração de Migrantes.

www.acm.gov.pt